



1 **Ata da Sessão ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional**
2 **Tocantins – triênio 2016/2018**

3
4
5 **Data:** 08 de dezembro de 2017 – 16h05min

6 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

7 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 01 e 02, Palmas – TO
8
9

10 Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017 às 16h05min reuniu-se no Plenário da Ordem dos Advogados do
11 Brasil – Seccional Tocantins os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2016/2018, onde presentes se
12 achavam: **Diretoria:** Walter Ohofugi Júnior – Presidente, Lucélia Maria Rodrigues Sabino – Vice -
13 Presidente, Célio Henrique Magalhães Rocha – Secretário – Geral, Graziela Tavares de Souza Reis –
14 Secretária Geral Adjunta, Luiz Renato de Campos Provenzano – Tesoureiro. **Conselheiros Estaduais:**
15 Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro, Annete Diane Riveiros Lima, Antônio César Mello, Carlene Lopes
16 Cirqueira Marinho, Carlos Francisco Xavier, Eduardo Nelson Luís Chaves Franco, Elaine Ayres Barros,
17 Fábio Wazilewski, Flaviana Magna de Souza Silva Rocha, Ludimylla Melo Carvalho, Maria Edilene Monteiro
18 Ramos, Meire Aparecida de Castro Lopes, Priscila Costa Martins, Seilane Parente Nolasco. **Conselheiros**
19 **Estaduais Suplentes:** Andrey de Souza Pereira Cláudia Soares Bonfim, Maurílio Pinheiro Câmara Filho e
20 NaímaWorm. **Caixa de Assistência dos Advogados:** Marcelo César Cordeiro – Presidente e Ramilla
21 Mariane Silva Cavalcante. **Conselheiros Federais:** Adilar Daltoé e Solano Donato Carnot Damacena.
22 **Presidentes de Subseções:** Albery César Oliveira e José Ferreira Teles. **Ausências justificadas:** Adriana
23 Maia de Oliveira, Agripina Moreira, Elisângela Mesquita Sousa. Verificando o quórum legal, a vice-
24 presidente Lucélia Maria declarou aberta a sessão, inicialmente cumprimentando os aniversariantes do mês
25 de dezembro, a saber: Marcelo Cesar Cordeiro (presidente da CAATO) dia 04/12, Nilson Antônio Araújo dos
26 Santos (conselheiro federal) dia 05/12, Pedro Donizete Biazotto (conselheiro federal) dia 22/12, José Alves
27 Maciel (conselheiro federal) dia 23/12. Em seguida passou-se a apreciação do **Item 01** – Aprovação das
28 atas das sessões ordinária e ordinária sigilosa para julgamento dos processos éticos disciplinares
29 referentes ao mês de novembro/2017. Colocada a matéria em votação, foram as atas aprovadas por
30 unanimidade, após os esclarecimentos do secretário Célio Henrique. Em seguida, passou-se a apreciação
31 dos registros e alterações de sociedades. **Item 02** – Apresentação, discussão e votação do registro de
32 sociedade sob a denominação: DOUGLAS ALVES FERREIRA DIAS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
33 ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer pugnando pelo registro da sociedade.



1 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao **Item 03** – Apresentação, discussão e
2 votação do registro de sociedade sob a denominação MARCIO MARTINS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
3 ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer pugnando pelo registro da sociedade.
4 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Passou-se ao **Item 04** –
5 Apresentação, discussão e votação do registro de sociedade sob a denominação FRANÇA, DALTOÉ &
6 BARBALHO RIBEIRO – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer
7 pugnando pelo registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do
8 parecer. Passou-se ao **Item 05** - Apresentação, discussão e votação do registro de sociedade sob a
9 denominação PEDRO CARVALHO MARTINS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator
10 Célio Henrique fez leitura do parecer pugnando pelo registro da sociedade. Colocada em votação foi
11 aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Passou-se ao **Item 06** - Apresentação, discussão e
12 votação do registro de sociedade sob a denominação CARLOS FRANKLIN DE LIMA BORGES –
13 SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado o
14 registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer.
15 Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 07** - Apresentação, discussão e votação do registro
16 de sociedade sob a denominação POLI & TERTULIANO – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio
17 Henrique fez leitura do parecer recomendado o registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada
18 por unanimidade nos moldes do parecer. Passou-se a apreciação do **Item 08** - Apresentação, discussão e
19 votação do registro de sociedade sob a denominação VITÓRIO & WORTMANN – ADVOGADOS
20 ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado o registro da sociedade.
21 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Passou-se a apreciação do
22 **Item 09** - Apresentação, discussão e votação do registro de sociedade sob a denominação COSTA
23 MARTINS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer
24 recomendado o registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do
25 parecer, registrado o impedimento da conselheira Priscila Costa Martins. Ato contínuo passou-se a
26 apreciação do **Item 10** – Apresentação, discussão e votação do registro de sociedade sob a denominação
27 SAMPAIO ADVOCACIA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura
28 do parecer recomendado o registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos
29 moldes do parecer. Em continuidade passou-se a apreciação do **Item 11** – Apresentação, discussão e
30 votação do registro de sociedade sob a denominação MATHEUS SILVA BRASIL – SOCIEDADE
31 INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado o registro da



1 sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Ato contínuo
2 passou-se a apreciação do **Item 12** – Apresentação, discussão e votação do registro de sociedade sob a
3 denominação MADEIRA E MENDONÇA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA. O relator Célio
4 Henrique baixou em diligência o pedido de registro, determinando a intimação do profissional para adequar
5 o nome da sociedade já que não há previsão legal para a inserir no nome da sociedade nome de pessoas
6 que não a integram. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade a determinação para baixar em
7 diligência. Passou-se a apreciação do **Item 13** – Apresentação, discussão e votação do registro de
8 sociedade sob a denominação DÍDIMO HELENO ADVOCACIA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
9 ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado o registro da sociedade.
10 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Prosseguindo a pauta passou-
11 se a apreciação do **Item 14** - Apresentação, discussão e votação da alteração da sociedade sob a
12 denominação PINHEIRO & CÂMARA – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique fez leitura
13 do parecer recomendado a alteração da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade
14 nos moldes do parecer, registrado o impedimento do conselheiro Maurílio Pinheiro. Prosseguindo a pauta
15 passou-se a apreciação do **Item 15** - Apresentação, discussão e votação da alteração da sociedade sob a
16 denominação CONCESSO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez
17 leitura do parecer recomendado a alteração da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por
18 unanimidade nos moldes do parecer. Ato contínuo passou-se a apreciação do **Item 16** - Apresentação,
19 discussão e votação da alteração da sociedade sob a denominação LEMOS & JAPIASSÚ ASSOCIADOS –
20 ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado a alteração da
21 sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Passou-se a
22 apreciação do **Item 17** – Apresentação, discussão e votação da alteração da sociedade sob a denominação
23 GARCIA E RODRIGUES – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer
24 recomendado a alteração da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do
25 parecer. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 18** - Apresentação, discussão e votação da
26 alteração da sociedade sob a denominação JANDER ARAÚJO RODRIGUES – SOCIEDADE INDIVIDUAL
27 DE ADVOCACIA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado a alteração da sociedade.
28 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Em continuidade a pauta
29 passou-se a apreciação do **Item 19** - Apresentação, discussão e votação da alteração da sociedade sob a
30 denominação SOUSA & BRASIL ADVOGADOS – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique
31 fez leitura do parecer recomendado a alteração da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por



1 unanimidade nos moldes do parecer. Ato contínuo passou-se a apreciação do **Item 20** – Apresentação,
2 discussão e votação da alteração da sociedade sob a denominação NELSON WILLIANS & ADVOGADOS
3 ASSOCIADOS – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer
4 recomendado a alteração da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do
5 parecer. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 21** – Apresentação, discussão e votação da
6 alteração da sociedade sob a denominação BECKMAN E SEVERO ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator
7 Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado a alteração da sociedade. Colocada em votação foi
8 aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Em continuidade a pauta passou-se a apreciação do
9 **Item 22** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação HEVERTON
10 CEZAR – ADVOCACIA ESPECIALIZADA. O relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado o
11 registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Ato
12 contínuo passou-se a apreciação do **Item 23** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade
13 sob a denominação APOLINÁRIO & PAIVA ADVOCACIA, CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA. O
14 relator Célio Henrique fez leitura do parecer recomendado o registro da sociedade. Colocada em votação foi
15 aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Prosseguindo a pauta o secretário geral Célio Henrique
16 expôs ao conselho a agenda de compromissos institucionais do mês de dezembro incluindo as
17 confraternizações das Subseções e Seccional, bem como a entrega de carteiras aos Jovens Advogados
18 convidando os conselheiros a participarem da programação. Na sequência passou-se a apreciação do **Item**
19 **24** – Apresentação de relatório das atividades realizadas pela comunicação da OAB/TO em 2017. O
20 assessor de imprensa Daniel Machado utilizando-se de um equipamento *data show* apresentou o relatório
21 do trabalho realizado pela comunicação da Ordem durante o ano. Esclareceu que foram veiculadas na
22 imprensa estadual 1555 (um mil quinhentas e cinquenta e cinco) matérias citando a atuação positiva da
23 OAB/TO, 03 (três) matérias citando a atuação da Ordem de forma negativa e 105 (cento e cinco) matérias
24 citaram a Instituição de forma neutra. Comparou a atuação/vinculação da Ordem na divulgação de matérias
25 e atuação na mídia com o trabalho desempenhado pela imprensa na gestão 2013/2015, citando o avanço
26 progressivo. Informou que em 2017, até o mês outubro, foram inseridas 411 (quatrocentos e onze) matérias
27 no site da Ordem, cuja média anual anterior é de 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) matérias,
28 salientando que as matérias mais acessadas referem-se a notícias de falecimentos de advogados e de
29 atuação em ações direcionadas à classe. Pontuou que as 180 (cento e oitenta) matérias mais acessadas
30 em todos os tempos foram no curso da gestão 2016/2018. Citou as redes sociais como forma de divulgação
31 das ações da Ordem, parabenizando a conselheira Annette Riveiros, que amplamente divulga as notícias



1 da Instituição nas redes sociais, em especial no Facebook. Solicitou aos demais conselheiros que adotem a
2 mesma postura, de modo a ampliar a divulgação das ações da Ordem. Afirmou que a abrangência de
3 acessos e integrantes da página da OAB/TO no Facebook alavancou nos últimos 02 (dois) anos. A
4 conselheira Annete sugeriu a criação do Instagram da OAB/TO, almejando maior divulgação. Retomando a
5 exposição, Daniel Machado noticiou que em 2018 a OAB/TO criará um programa de rádio semanal com
6 tempo de duração de 2 (dois) minutos, além de Instagram, Twitter e um canal no You Tube, com o objetivo
7 de divulgar e transmitir ao vivo as ações da Ordem. Citou a transmissão ao vivo da inauguração do
8 Escritório Compartilhado. Informou que haverá um boletim semanal com todos as matérias/notícias da
9 Ordem. O presidente Walter Ohofugi assumiu a presidência dos trabalhos, esclarecendo que se atrasou em
10 razão de estar no Tribunal de Contas despachando uma pauta importante para a advocacia pública, visto
11 que dia 13/12/17 entrará em pauta no TCE/TO o julgamento de uma consulta acerca da exigibilidade ou não
12 de licitação para contratação de advogado pelos entes públicos. Convidou os conselheiros a participarem,
13 especialmente os profissionais que atuam na advocacia pública. O presidente Walter parabenizou a equipe
14 da comunicação, informando que é dever do advogado contribuir com as atividades desenvolvidas pela
15 Ordem, dando ampla divulgação. Daniel agradeceu os cumprimentos do presidente, estendendo as
16 congratulações aos demais da equipe de comunicação e secretárias do gabinete. O conselheiro Carlos
17 Xavier solicitou a equipe de comunicação que divulgasse as ações desenvolvidas pelo conselho como um
18 todo e não apenas as atividades da diretoria. A conselheira Elaine Ayres parabenizou a atuação da
19 assessoria de comunicação, enfatizando o trabalho durante a Conferência dos Advogados. Agradeceu a
20 divulgação das matérias via WhatsApp. O presidente da Subseção de Gurupi Albery César salientou a
21 importância da divulgação e veiculação das notícias da Ordem. A secretária adjunta Graziela Reis também
22 parabenizou a atuação da comunicação, informando ao conselheiro Carlos Xavier que as comissões que
23 atuam com mais afinco são naturalmente mais divulgadas, todavia esclareceu que todas as ações são
24 divulgadas, não havendo qualquer preterição. O presidente Walter informou que recebeu a visita de
25 organizadores da construção do Hospital do Câncer, que solicitaram apoio da Instituição. Nesse momento,
26 a diretoria está fazendo um estudo para apresentar ao conselho, em fevereiro, uma campanha de
27 arrecadação de valores para auxiliar na construção, já aventando a possibilidade da advocacia assumir a
28 construção de um pavilhão. Asseverou que a polícia militar do Estado do Tocantins já lançou uma
29 campanha para assumir a construção de um pavilhão. A conselheira Meire sugeriu a promoção de uma
30 festa voltada à arrecadação de donativos em prol da construção. O secretário Célio Henrique também
31 parabenizou a equipe da comunicação e fotografia, salientando o papel dos mesmos em prol da divulgação



1 das ações desenvolvidas pela Ordem. O presidente Albery convidou os conselheiros para participarem da
2 Feijoada de confraternização da Subseção de Gurupi, marcada para o dia 10/12, a partir das 12h. O
3 conselheiro federal Adilar Daltoé parabenizou a Diretoria e colaboradores pela organização da IV
4 Conferência da Advocacia, principalmente pela temática abordada na conferência. Também parabenizou a
5 Diretoria pela iniciativa de proporcionar a todos os presidentes de Subseções o deslocamento e
6 participação na Conferência Nacional da Advocacia, já que são os presidentes de Subseções que
7 representam a advocacia local e estão diretamente ligados aos advogados do interior. O conselheiro Carlos
8 Xavier registrou seu inconformismo com a atitude da Diretoria, afirmando tratar-se de um desrespeito aos
9 conselheiros com a disponibilização de apenas 02 (dois) pacotes (passagem e hospedagem) para
10 realização de sorteio entre os conselheiros, ao passo que foram franqueados pacotes a todos os
11 presidentes de Subseção. Classificou a atitude como política. O presidente Walter informou que nos
12 eventos realizados pelo Conselho Federal a Seccional procura, na medida do possível, proporcionar a
13 participação de um membro de comissão objetivando, capacitá-lo a fim de aperfeiçoar os membros da
14 Ordem na atuação das ações. Justificou a escolha em subsidiar a participação dos presidentes de
15 Subseções na Conferência Nacional em razão dos mesmos ainda não terem participado de outros eventos.
16 Com relação ao custo, esclareceu que a aquisição dos pacotes foi programada, sendo que as passagens
17 custaram em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e as hospedagens, R\$ 1000,00 (um mil reais).
18 Informou que diante do quantitativo de integrantes do conselho não foi possível arcar com o deslocamento
19 de todos os conselheiros por falta de orçamento. Registrou que o custo integral para a participação das 27
20 (vinte e sete) pessoas na Conferência Nacional foi de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). O conselheiro
21 Carlos Xavier asseverou que a atitude do presidente representa nítido desrespeito ao conselho subsidiando
22 apenas o deslocamento dos Presidentes de Subseções. O secretário geral Célio Henrique esclareceu que a
23 representação no interior é feita pelos presidentes de Subseção, por isso os mesmos tiveram suas
24 passagens custeadas pela Ordem, bem como o presidente e vice-presidente do Conselho Seccional que
25 representam o conselho. Os demais membros da diretoria arcaram com o custo de suas passagens e
26 hospedagens. Registrou que foram disponibilizados ao conselho para sorteio 4 (quatro) pacotes, todavia 02
27 (dois) conselheiros sorteados não puderam participar em razão de compromissos profissionais e pessoais.
28 A secretaria adjunta Graziela Reis reforçou a informação que o custo de passagem, hospedagem dos
29 demais membros da diretoria (secretário geral, secretária adjunta e tesoureiro) foram custeados pelos
30 mesmos, enfatizando que a divulgação em redes sociais com fito em macular a imagem da diretoria é
31 desrespeitosa. O presidente Walter informou que não dispunha de orçamento para arcar com despesas de



1 passagens para todos os conselheiros. O conselheiro Carlos Xavier refutou, afirmando que não se trata de
2 falta de dinheiro mas tão somente de gerenciamento nos gastos. A conselheira Ludimylla Melo conclamou o
3 prosseguimento da pauta por entender que a aquisição de passagens para participação na Conferência
4 Nacional já foi devidamente esclarecida. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 25** –
5 Apresentação e discussão dos balancetes dos meses de setembro, outubro e novembro de 2017 da
6 OAB/TO. O gerente administrativo financeiro Adail Saldanha explanou ao conselho utilizando-se de
7 equipamento *data show*, com apresentação de gráficos dos valores arrecadados com a cobrança de
8 anuidades atrasadas através de implantação de políticas de arrecadação. Informou que houve investimento
9 de capital de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) da Ordem e Caixa de Assistência em todas
10 as Subseções. Apresentou o cronograma de obras desempenhadas pela Ordem e Caixa de Assistência
11 citando por exemplo: a construção das Subseções de Tocantinópolis e Dianópolis, reforma da Subseção de
12 Colinas, construção de salas na sede da Seccional, investimento na aquisição de computadores e
13 mobiliários em 12 (doze) Subseções, disponibilização de recursos para realização dos eventos de final de
14 ano para todas as Subseções. Inauguração do escritório compartilhado em Gurupi dia 10/12/17, instalação
15 da piscina e iluminação do campo de futebol no Clube de Araguaína. O presidente José Teles ressaltou a
16 inauguração da sala da advocacia de Colméia quando da realização da OAB em Campo na Subseção de
17 Guaraí. O secretário Célio Henrique esclareceu que os balancetes foram disponibilizados por e-mail aos
18 conselheiros. O conselheiro Carlos Xavier indagou acerca da utilidade de apresentar os balancetes
19 mensalmente nas reuniões do conselho. O presidente esclareceu que o principal objetivo cinge-se em dar
20 publicidade aos atos realizados pela diretoria. Informou que o momento para discutir os assuntos são nas
21 reuniões do conselho. O conselheiro Carlos Xavier registrou a necessidade de constar no portal de
22 transparência todas as despesas, inclusive os salários dos funcionários. O presidente Walter solicitou a
23 apreciação e votação dos balancetes e posteriormente a retomada dos questionamentos apresentados pelo
24 conselheiro Carlos Xavier. O conselheiro Maurílio Pinheiro afirmou que integra a comissão de orçamentos e
25 contas, justificando que o salário dos funcionários ainda não está no portal da transparência buscando
26 resguardar a privacidade dos colaboradores. Inclusive, indagou ao conselho sobre a possibilidade ou não
27 de disponibilizar de tais informações. No entanto, os dados podem ser disponibilizados a quem solicitar.
28 Asseverou que as únicas Seccionais que possuem portal da transparência são Tocantins e Bahia. Sugeriu a
29 disponibilização do salário dos cargos, não constando o nome dos servidores. Com relação ao
30 questionamento do salário do gerente administrativo e financeiro o presidente, informou que o salário do
31 gerente é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), com os aumentos progressivos. Foi feita a divulgação do



1 salário com autorização do empregado. Esgotados os debates sobre os balancetes dos meses de
2 setembro, outubro e novembro de 2017 da OAB/TO a matéria foi colocada em votação, sendo aprovada por
3 unanimidade, nos termos propostos. O presidente da CAATO Marcelo Cordeiro fez uso da palavra
4 agradecendo ao ex-presidente Flávio Leão pela gestão à frente da Caixa, que possibilitou ao atual
5 presidente o desenvolvimento das atividades como a revitalização do Clube de Palmas-TO. Afirmou que
6 estão sendo realizadas reformas no Clube a saber: climatização do refeitório, revitalização do campo de
7 futebol, com a troca da grama, estando apto a ser utilizado em 60 (sessenta) dias, revitalização do pátio,
8 manutenção dos jardins (poda das árvores, gramas). Informou que a Caixa está se programando para fazer
9 uma reinauguração do clube entre os meses de fevereiro ou março de 2018. Enfatizou que a Caixa está
10 investindo na pactuação de convênios com recebimento de valores das empresas conveniadas como
11 contrapartida, cujos recursos auferidos oriundos dos convênios serão direcionados a manutenção das
12 despesas. Por fim agradeceu novamente Flávio Leão pelas ações implantadas em sua gestão, ressaltando
13 que graças ao contingenciamento de gastos está sendo permitido a realização das atividades nesse
14 momento. Informou que o Clube está quase todo autossustentável com a utilização da energia solar e o
15 objetivo é torná-lo completamente sustentável. O presidente Walter informou que o projeto desenvolvido
16 pela OAB/TO da utilização de energia solar foi encaminhado ao Conselho Federal e recentemente o
17 CF/OAB se posicionou favorável a apoiar e auxiliar na implantação do projeto. Retornando a palavra,
18 Marcelo Cordeiro informou que as atividades desenvolvidas pela OAB/TO possuem grande
19 representatividade no cenário nacional, tanto que a palestra de abertura do Encontro Nacional dos
20 Procuradores de Prerrogativas foi feita por sua pessoa. Passou-se a apreciação do **Item 26** – Apresentação
21 e deliberação do orçamento de 2018 e reformulação orçamentária de 2017 da CAATO. O presidente
22 Marcelo Cordeiro explanou brevemente a temática aos conselheiros, apresentando os valores relativos a
23 Reformulação Orçamentária de 2017 da CAATO no valor de R\$ 643.573,74 (seiscentos e quarenta e três
24 mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos). No tocante ao Orçamento de 2018, está
25 prevista a Receita de R\$ 1.302.994,80 (um milhão trezentos e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais
26 e oitenta centavos), Despesas Correntes de R\$ 1.055.487,99 (um milhão, cinquenta e cinco mil
27 quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos) e Despesas de Capital de R\$ 247.506,81
28 (duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e seis reais e oitenta e um centavos), já esclarecendo que tanto
29 a reformulação orçamentária de 2017, quanto o orçamento de 2018 foram previamente encaminhados aos
30 conselheiros por e-mail. Citou os valores arrecadados a título de receita e os gastos, inclusive salientou que
31 a receita da Caixa aumentou em 2017, o que subsidiou a implantação de várias atividades. Frisou que



1 assumiu a CAATO com valores em caixa, possibilitando o início da completa revitalização do Clube,
2 conforme já explicitado. A conselheira Ludimylla Melo parabenizou a atuação do presidente da CAATO,
3 ressaltando que se faz necessário a disponibilização de serviços de venda (alimentação e bebida) aos
4 frequentadores, que atualmente são compelidos a levar tudo que necessitam consumir. O presidente Walter
5 ressaltou a dificuldade em encontrar um comerciante que queira montar um local de vendas no clube, face
6 ao pequeno movimento, já que o local é pouco frequentado. A conselheira Seilane Nolasco indagou sobre a
7 possibilidade de fazer melhorias na área externa, com instalação de coberturas, já que o refeitório
8 climatizado não comporta uma grande quantidade de pessoas. O conselheiro Edwardo Franco parabenizou
9 a gestão, esclarecendo que se faz necessário investir em melhorias estruturais para atrair a classe já que
10 as atuais instalações não possuem acabamento adequado de modo a propiciar conforto à classe. O
11 conselheiro Maurílio Pinheiro demonstrou preocupação em relação aos investimentos no Clube, já que
12 ainda não foi definido se haverá ou não a venda do clube, ressaltando a inviabilidade ou não de mantê-lo.
13 Finalizando a discussão o presidente Marcelo informou que a Caixa irá promover eventos divulgando entre
14 a classe traçando estratégias com comerciantes do ramo alimentar no sentido de subsidiar o serviço aos
15 frequentadores. Esgotados os debates, colocada em votação a reformulação orçamentária de 2017 e o
16 orçamento de 2018 da CAATO, foram ambos aprovados, por unanimidade, nos termos propostos.
17 Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 27** – Retomada da votação do piso ético salarial
18 para a advocacia, suspensa na sessão de novembro/2017. O presidente Walter apresentou a propositura
19 do tesoureiro Luiz Renato, que sugeriu reduzir o percentual de 20% dos valores propostos a título de piso
20 ético para as cidades do interior do Estado. As conselheiras Meire Aparecida e Seilane Nolasco salientaram
21 que na pauta de convocação do mês de novembro não havia convocação para votação do piso ético, mas
22 somente convocação para discussão. Os conselheiros Célio Henrique e Fábio Wazilewski esclareceram
23 que essa matéria foi devidamente enfrentada e superada durante a sessão de novembro, após o
24 levantamento da questão de ordem, não havendo qualquer nulidade no procedimento. O conselheiro Carlos
25 Xavier esclareceu que a propositura do tesoureiro Luiz Renato abriu uma nova discussão e, para tanto
26 requereu vistas do processo com a retirada de pauta. O advogado Flávio Leão informou que não há
27 qualquer nulidade na fixação de pisos distintos na mesma base territorial. A conselheira Ludimylla Melo
28 remeteu à ata do mês de novembro esclarecendo que o julgamento foi apenas suspenso inclusive alguns
29 conselheiros já votaram. A diretoria levantou a questão de ordem no sentido de iniciar nova votação do piso
30 ético ou dar seguimento na votação iniciada no mês de novembro. Colocada em votação a questão de
31 ordem, por maioria, foi aprovada a propositura de dar continuidade à votação do piso ético iniciada na



1 sessão de novembro. O secretário geral Célio Henrique explanou que os fatos não são novos e o relatório
2 foi encaminhado por e-mail a todos os conselheiros. A conselheira Meire Aparecida reiterou que na pauta
3 de convocação de novembro houve apenas convocação para discutir e não para votar. O conselheiro
4 Carlos Xavier salientou que não se submeterá às pressões da Comissão dos Jovens Advogados e, para
5 tanto solicitou vistas do processo. As vistas foram negadas pela mesa diretora, nos termos do artigo 15 § 1º
6 do Regimento Interno da OAB/TO, que disciplina que as vistas concedidas são coletivas, permanecendo o
7 processo na secretaria de modo a permitir acesso a todos os membros do colegiado. De tal modo,
8 considerando que as vistas foram concedidas na Sessão do mês de novembro/2017, não pode tal pleito ser
9 reiterado. A conselheira Meire Aparecida em suas ponderações registrou que o vício ocorreu quando da
10 convocação na sessão de novembro já que o conselho foi convocado para discutir e não para votar todavia,
11 ainda em novembro houve início votação. O conselheiro Carlos Xavier informou que a casa é democrática
12 sendo necessário discutir o assunto com mais cautela classificando a aprovação do piso ético como medida
13 eleitoreira. O conselheiro Eduardo Franco levantou voto divergente, no sentido de reduzir os valores
14 propostos a serem pagos a título de piso ético em 20% para o interior. Retomando a votação, votaram na
15 sessão de novembro pela aprovação do piso ético nos termos propostos pelo relator os conselheiros:
16 Lucélia Maria, Graziela Reis, Célio Henrique, Francisco José, Agripina Moreira, Rita Vattimo, Andrey Souza,
17 Maurílio Pinheiro, Elaine Ayres, Flaviana Magna e Maria Edilene e, na sessão de dezembro as
18 conselheiras: Ludimylla Melo, Priscila Costa. Se abstiveram de votar os conselheiros: César Melo, Meire
19 Aparecida, Seilane Nolasco e Cláudia Bonfim. O conselheiro Carlos Xavier não votou, ante ao indeferimento
20 do seu pedido de vistas. Votou com a divergência levantada pelo conselheiro Eduardo Franco, no sentido
21 de reduzir em 20% os valores apresentados na proposta a serem pagos a título de piso ético para o interior,
22 o conselheiro Alexander Ogawa. A conselheira Carlene Lopes rejeitou a aprovação do piso ético. Assim,
23 por maioria, foi aprovado o piso ético, nos termos propostos pelo relator Fábio Wazilewski. O conselheiro
24 federal Adilar Daltoé citou o artigo 29 do Código de Ética, fazendo leitura do referido artigo. Salientou que
25 agora a Seccional está trilhando pelos meios corretos, enfatizando que não pode haver disparidade entre o
26 advogado empregado e o empregador. Citou textos de Rui Barbosa, parabenizando o conselho pela atitude
27 de coragem ao aprovar o piso ético, ressaltando que somente 04 (quatro) Seccionais não haviam
28 regulamentado essa matéria. Relembrou o falecimento do Frei Henry Guy Emille Burin Des Roziers ocorrido
29 em Paris em novembro. O mesmo era inscrito na OAB/TO sob o nº 326 – B, uma pessoa que desenvolveu
30 um grande trabalho na luta pelos direitos humanos e combate ao trabalho escravo, trabalho esse
31 reconhecido internacionalmente. Informou que as bancadas das OAB Pará e Tocantins irão apresentar um



1 requerimento para que o Conselho Federal faça uma sessão especial de homenagem ao advogado Frei
2 Henry. O presidente Albery César parabenizou o conselho, que foi combatente ao enfrentar a matéria com
3 afincos aprovando do piso ético, não sendo mais possível perdurar essa discussão, cabendo aos
4 profissionais que não possam pagar o piso ético buscar novos mecanismos. A conselheira Priscila Costa
5 pediu licença para se ausentar da sessão. Prosseguindo a pauta passou-se a análise do último item da
6 pauta - **Item 28** – Discussão e deliberação sobre a propositura de expediente para uniformização de
7 jurisprudência dos Juizados Especiais quanto à tutelas provisórias. A relatora conselheira Ludymilla Melo
8 expôs o assunto enfatizando a importância da uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais.
9 Asseverou que a Lei nº 9099/94 não trouxe expressamente a possibilidade de concessão de tutela de
10 urgência, no entanto a Constituição em seu artigo 5º inciso XXXV leciona: “a lei não
11 excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Acrescentou que em Palmas há 4
12 (quatro) Juizados Especiais e apenas o Juizado Central não aprecia pedido de tutela de urgência e
13 emergência por entender o Magistrado que o pleito não é cabível em sede de Juizado devendo a parte
14 recorrer à via ordinária. O FONAJE aprovou no XXXVIII Encontro do Fórum Nacional dos Juizados
15 Especiais novos enunciados tendo citado um enunciado sobre o assunto, a saber: os procedimentos de
16 tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista nos arts. 303 a 310 do CPC/15,
17 são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais. Todavia esse entendimento não está livre de
18 críticas, muitos Magistrados entendem que cabe a análise de tutela em sede de Juizado. Afirmou que as
19 audiências de conciliação no Juizado Central estão sendo marcadas com um lapso temporal de 12 (doze)
20 meses. Citou a Lei nº 12965/14 que versa sobre os crimes cibernéticos que fixa a competência dos
21 Juizados para apreciação do assunto, inclusive prevê a concessão de tutela. Enfatizou que nos demais
22 Juizados Especiais a tutela antecipada e de urgência são apreciadas normalmente. Salientou que por muito
23 menos, a advocacia após solicitação, retirou um Magistrado do Juizado Norte, por este não cumprir pauta
24 de audiência, clamando ao conselho que encaminhe à Corregedoria o procedimento requerendo a
25 uniformização dos Juizados Especiais e alteração do posicionamento do Magistrado titular do Juizado
26 Central, que não aprecia os pedidos de tutela, causando um grande prejuízo aos jurisdicionados, além do
27 estrangulamento das varas cíveis comuns. O secretário Célio Henrique sugeriu que fosse instaurado um
28 procedimento para uniformização das turmas, todavia a OAB/TO não é legitimada para propor à turma de
29 uniformização, já que o regimento interno da turma não permite. Com relação a saída do Magistrado do
30 Juizado Especial Norte, destacou que o mesmo não era titular daquele Juízo, ao contrário do Magistrado do
31 Juizado Central, que goza da inamovibilidade. A conselheira Elaine Ayres citou uma situação vivenciada



1 quando do julgamento de um processo na 2ª Turma no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, ocasião
2 que os desembargadores ressaltaram que as pautas de julgamento do Tribunal estão sobrecarregadas com
3 processos que regulamentam relações de consumo, em razão da falta de apreciação no Juizado. O
4 conselheiro Alexander Ogawa comungou do posicionamento relativo ao estrangulamento das varas cíveis.
5 Na ocasião, citou que na 1ª vara cível de Palmas o Magistrado só atende com hora marcada e na 3ª vara os
6 profissionais estão com dificuldades para despachar com o Magistrado. A conselheira Ludimylla esclareceu
7 as medidas que estão sendo implementadas para resolver o problema, entendendo necessário que o
8 advogado procure as prerrogativas todas as vezes que tiver dificuldades. Colocada em votação o
9 encaminhado sugerido pelo secretário geral e referendado pela conselheira Ludmylla no sentido de postular
10 uma reclamação na Corregedoria acerca da postura do Magistrado, o mesmo foi aprovado por
11 unanimidade. Esgotados os itens da pauta, o Presidente franqueou a palavra aos conselheiros. O
12 conselheiro Carlos Xavier indagou se os temas por ele encaminhados serão ou não pautados, informando
13 que em caso negativo irá renunciar o mandato visto que não permanecerá na gestão sem ter direito de
14 incluir na pauta assuntos que entende pertinentes para discussão pelo conselho. O secretário geral abordou
15 o assunto de forma detalhada esclarecendo, que não houve recusa na inserção dos assuntos propostos
16 pelo conselheiro Carlos Xavier na pauta. Inclusive, esclareceu que antes de definir a pauta da Sessão do
17 mês de dezembro/2017 manteve contato telefônico com o conselheiro para discutir todos os assuntos por
18 ele arguidos, visto que algumas das matérias já haviam sido debatidas e enfrentadas pelo colegiado,
19 durante Sessões em que o conselheiro não se fez presente, e outras questões não demandavam
20 deliberação pelo Conselho Seccional. Todavia, no curso da ligação, a mesma foi interrompida a pedido do
21 conselheiro, que informou ter outro compromisso profissional naquele instante, não tendo o mesmo
22 retornado a ligação para dar continuidade ao assunto. Ressaltou que os temas que não possuem cunho
23 deliberativo não são pautados, todavia abriu a palavra ao conselheiro Carlos Xavier para expor o que
24 julgasse adequado. Quanto ao primeiro questionamento feito pelo conselheiro referente a falta de
25 aprovação dos membros da comissão de orçamento e contas, que ao invés de ser votada pelo conselho foi
26 nomeada pelo presidente, este, por sua vez, esclareceu que de fato foi um equívoco a falta de votação dos
27 membros que integram a comissão de orçamento, todavia, posteriormente houve eleição da atual comissão
28 de orçamento com aprovação dos conselheiros. Pontuou que os trabalhos da comissão foram sempre
29 submetidos ao Conselho, sendo que a aprovação dos pareceres pelo colegiado implica em reconhecimento
30 tácito da legitimidade dos membros da comissão. Com relação as contas anteriormente aprovadas,
31 enfatizou que as mesmas foram examinadas e aprovadas pelos conselheiros, que corroboraram o parecer



1 da Comissão, não se constituindo, portanto, qualquer nulidade. Após as discussões, o conselheiro Carlos
2 Francisco Xavier renunciou ao mandato, entendendo que a discussão se tornou pessoal e, diante da
3 alegada recusa da diretoria em pautar os assuntos por ele sugeridos, entendeu por bem renunciar, não
4 podendo permanecer em um conselho “sem direto a voz”. A conselheira Ludimylla lembrou o dia 08 de
5 dezembro em que se comemora o dia da Justiça, ressaltando que ainda há muito pouco acesso à Justiça
6 ante a grande desigualdade econômica e social da população. A conselheira Anette Riveiros agradeceu o
7 conselheiro Carlos Xavier por sua participação, asseverando que por muitas vezes faz críticas a gestão,
8 todavia é necessário lealdade com as propostas de campanha. A conselheira Elaine Ayres citou uma das
9 proposituras do conselheiro Xavier, no sentido de premiar Magistrados com melhor atuação. O presidente
10 Walter afirmou que o aplicativo AvaliaJus fará essa avaliação dos Magistrados, inclusive o procurador de
11 prerrogativas Jander está fazendo os últimos ajustes para disponibilizar o aplicativo aos profissionais. A
12 secretária adjunta Graziela Reis reportou-se aos pronunciamentos dos conselheiros Anette Riveiros e
13 Carlos Xavier, registrando que a gestão é coletiva e as críticas devem ser propositivas, sob pena de serem
14 mera retórica. Salientou que a terminologia “feminazi” muito utilizada pelo conselheiro Carlos Xavier é
15 ofensiva não podendo ser utilizada em ambiente de conselho. Afirmou que a crítica construtiva sempre será
16 acolhida pela gestão, no entanto, seu maior desejo é que o conselho se torne cada vez mais auto crítico e
17 propositivo. O Presidente encerrou a sessão desejando a todos os conselheiros e conselheiras um Feliz
18 Natal e Próspero Ano Novo. Esgotada a pauta, o Presidente declarou encerrada a Sessão às 19 h e 37 m e
19 determinou a lavratura da presente ata, que vai assinada por mim, Célio Henrique Magalhães Rocha -
20 Secretário Geral, e pelos demais diretores.

21

22

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO

23

24

25

Lúcelia Maria Sabino Rodrigues
Vice – Presidente

26

27

28

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário Geral

29

30

31

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta

32

33

34

Luiz Renato de Campos Provenzano
Diretor Tesoureiro

35

36